

EDUCAR PARA TRANSFORMAR: A ALFABETIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA



EDUCATING TO TRANSFORM: LITERACY IN BUILDING AN ANTI- RACIST SOCIETY

CAROLINA PASSARELLO EVANGELISTA

Graduação em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) (2023); Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Conectada (FACONNECT) (2025); Graduação em Relações Públicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) (2017); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Rede Pública Municipal de São Paulo na EMEF Dr. José Dias da Silveira.

RESUMO

Este artigo fala sobre a leitura e escrita como uma ferramenta de transformação social, com foco na criação de uma comunidade contra o racismo. A partir de uma abordagem de ensino que valoriza a diversidade cultural, mostra-se a importância de práticas que auxiliam no respeito às culturas afro-brasileira e indígena; elementos-chaves na formação da identidade nacional. Entre os assuntos explorados, vê-se os desafios que professores e escolas têm com a adoção de práticas antirracistas, muitas vezes marcada pela falta de formação certa e pela resistência institucional e comunitária. O texto também reflete sobre a Lei 10.639/03 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em escolas, mostrando os ganhos feitos e as dificuldades ligadas à sua execução como a falta de materiais didáticos certos ou apoio pedagógico constante. Além disso, são mostradas ideias para práticas que integram a valorização cultural ao processo de alfabetização, como contar histórias de autores negros e indígenas, usar livros com histórias variadas e fazer atividades com músicas, danças e jogos comuns. Ao promover a inclusão e a reflexão crítica, a alfabetização antirracista transcende o ensino técnico da leitura e escrita, formando cidadãos conscientes e engajados na luta contra o racismo estrutural. Assim, o artigo reforça o papel transformador da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização Antirracista; Diversidade Cultural; Educação Inclusiva; Lei 10.639/03; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This article discusses reading and writing as a tool for social transformation, with a focus on creating a community against racism. From a teaching approach that values cultural diversity, it shows the importance of practices that help respect Afro-Brazilian and indigenous cultures; key elements in the formation of national identity. Among the issues explored are the challenges that teachers and schools face in adopting anti-racist practices, often marked by a lack of the right training and institutional and community resistance. The text also reflects on Law 10.639/03, which obliges the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in schools, showing the gains made and the difficulties linked to its implementation, such as the lack of the right teaching materials or constant pedagogical support. In addition, ideas are shown for practices that integrate cultural appreciation into the literacy process, such as telling stories by black and indigenous authors, using books with varied stories and doing activities with songs, dances and common games. By promoting inclusion and critical reflection, anti-racist literacy transcends the technical teaching of reading and writing, forming citizens who are aware of and engaged in the fight against structural racism. The article thus reinforces the transformative role of education in building a fairer and more equal society.

KEYWORDS: Anti-racist Literacy; Cultural Diversity; Inclusive Education; Law 10.639/03; Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

A alfabetização em si não é um mero processo de ensino técnico. A alfabetização é, sim, uma construção social e cultural. No Brasil, mais do que um país etnicamente diverso e historicamente desigual, o próprio ato de alfabetizar leva a um processo que pode ser transformador, ao possibilitar a formação de cidadãos conscientes e engajados na luta contra o racismo estrutural. É nesse contexto que a educação antirracista surge como uma abordagem pedagógica urgente, desde os primeiros anos na escola, no combate aos preconceitos e na valorização da diversidade.

Pelo fato de o processo de alfabetização estar conectado com a promoção de valores como equidade, respeito e inclusão, os educadores assumem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos para ajudar o mundo a ser um lugar mais justo. Portanto, o ato de implementar práticas de alfabetização antirracistas corresponde a estar dentro da legislação das políticas educacionais oficiais, uma delas é a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas dentro dos quatro muros da escola, criando assim mais visibilidade para essas narrativas.

Tassoni (2000) diz que a aprendizagem está profundamente relacionada à afetividade, uma vez que se desenvolve por meio das interações sociais. No contexto escolar, as relações entre alunos,

professores, conteúdos e materiais didáticos não se restringem ao campo cognitivo, mas são influenciadas por aspectos emocionais que permeiam todo o processo educativo.

Este artigo propõe uma discussão sobre a alfabetização como agente de transformação social - uma análise de estratégias pedagógicas antirracistas na valorização da pluralidade cultural no Brasil, formando leitores críticos e cidadãos conscientes. A reflexão resulta de uma abordagem - teórica e prática - na compreensão dos desafios e potencialidades que a proposta de integração da educação antirracista oferece no processo de ensino das primeiras letras.

DESENVOLVIMENTO

A alfabetização vai além do saber de ler e escrever; ela é um processo social, político, e cultural que muda como as pessoas veem si mesmas no mundo e lidam com ele. Nesse sentido, misturar a integrar a educação antirracista ao processo de alfabetização é uma chance para lutar contra racismo estrutural, que está presente nas relações sociais e nas práticas escolares. Por isso, é muito importante que as maneiras de ensinar notem e deem valor à diversidade cultural na sala de aula promovendo sentimento de pertencimento para todos os estudantes, mas, especialmente, os de grupos historicamente marginalizados, que têm sido deixados de lado ao longo da história.

A literatura infantil e os materiais usados no ensino da leitura e escrita, têm um papel muito importante na formação dessas identidades. Livros que mostram diferentes culturas, com personagens negros, indígenas e outros, não só aumentam o conhecimento cultural dos alunos, mas também ajudam a reconhecer e valorizar suas histórias e origens. Além disso, os professores, como mediadores desse processo, precisam ser treinados para criar práticas de ensino que desafiem estereótipos e ajudem a conversar sobre compaixão e pensamento crítico já no início da escola.

Freire (1996, p. 90) diz que:

É preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje.

De acordo com Mattos (2000) as brigas e as batalhas sociais em todos os tempos sempre existiram, mas quando falamos de conflitos raciais é um problema que poderia ser resolvido com a percepção, a compreensão, a conversa e a reeducação onde os direitos iguais deveriam se sobressair.

A necessidade de aprofundar-se nas questões étnico-raciais nas escolas tem estado cada vez mais em evidência, segundo Santana et.al (2023, p.6)

Se entendemos a criança como este ser integral e as aprendizagens da leitura e da escrita como um desdobramento de suas experiências com o universo letrado, parece óbvia a urgência de olhar com mais critério para as questões étnico-raciais na alfabetização, bem como,

o uso de práticas alfaletadas e antirracistas, engajadas, inclusivas, sejam elas mediadas pela literatura infantil afro referenciada, pelo uso e valorização da língua(gem) usada nas situações sociais daquele público, pela escolha de textos que contemplem as realidades vividas por essas crianças, pelas oportunidades de falar, escrever, produzir intelectualidade inspiradas em suas histórias, seus contextos, dentre tantas outras estratégias possíveis.

A necessidade de aprofundar-se nas questões étnico-raciais nas escolas tem estado cada vez mais em evidência, segundo Santana et.al (2023, p.6)

A escola não existe apenas para dar boas condições para a vida do ser humano, mas antes ajudar o crescimento em todos os âmbitos da pessoa e a melhoria constante de sua habilidade de fazê-la parte de momentos históricos e culturais. Essa é uma missão para todas as partes da sociedade. (Santos; Aguiar; Silva, 2023)

A prática de ações antirracista nas escolas encontra algumas resistências, tanto no nível das instituições quanto no indivíduo. Uma dessas barreiras é a falta de capacitação específica para os docentes. Muitos ainda não têm o preparo necessário para tratar temas raciais em sala de aula, o que pode gerar insegurança e, às vezes, manter práticas pedagógicas que não abrangem a diversidade. ademais, preconceitos internos do indivíduo e a recusa em reconhecer o racismo na sociedade por alguns líderes fazem com que o movimento antirracista nas unidades escolares de forma constante e útil encontre mais dificuldade.

As escolas, no âmbito institucional, costumam lidar com barreiras estruturais e culturais que dificultam ou impedem a promoção de ensino antirracista. Um exemplo é a falta de livros e materiais variados que mostrem a riqueza das muitas culturas do Brasil. Além disso, o racismo que existe na sociedade às vezes aparece dentro das escolas em forma de resistência dos pais ou responsáveis, eles podem entender as atividades e projetos étnico-raciais como "políticas" ou desnecessárias. Essas barreiras mostram que é preciso um treino contínuo para professores e diretores, bem como o esforço das políticas públicas para dar apoio técnico e pedagógico na implementação de ações antirracistas.

A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, representou um marco histórico no combate ao racismo no Brasil, mas mesmo sendo importante, a aplicação dela enfrenta dificuldades que reduzem o seu alcance. Um dos maiores problemas é a falta de uma boa formação para os professores abordar esse assunto forma constante e com base sólida. Muitos professores dizem que não tiveram acesso a materiais sobre a história e a cultura afro-brasileira em suas formações iniciais; isso atrapalha as práticas nas salas de aula.

Outro desafio é a falta de materiais de estudo certos, que muitas vezes não mostram a riqueza da cultura afro-brasileira ou falam sobre o assunto de forma superficial e estereotipada. Além disso, a ausência de ajuda real por parte dos órgãos que cuidam da educação contribui para a diferença na aplicação da lei entre as escolas. Em algumas escolas, projetos de professores têm conseguido quebrar essas barreiras, mas ainda é preciso mais ajuda política, pedagógica e financeira. Para

superar esses desafios, é necessário investir em formações continuadas, ampliar o acesso a materiais pedagógicos diversificados e fortalecer o diálogo entre as escolas e as comunidades, de modo a garantir que a Lei 10.639/03 seja efetivamente integrada ao currículo escolar.

É muito importante valorizar a história e a cultura afro-brasileira e indígena no processo de alfabetização é essencial para promover o pertencimento e o respeito à diversidade cultural. Isso ajuda a trazer um sentimento de pertencimento e respeito à diversidade dos costumes. Uma boa atividade é ler contos de autores negros e indígenas, que dá chance às crianças de conhecerem histórias que aumentam seu repertório cultural. Contos antigos da África, como aqueles com figuras inteligentes como Anansi, um deus-aranha, e histórias locais que demonstram fenômenos da natureza, como as lendas do povo Tupi podem ser usados para praticar a fala, a escuta atenta e aumento de vocabulário.

Outra ideia é a criação murais ou painéis culturais onde as crianças procuram por figuras históricas importantes, como Zumbi dos Palmares, Dandara ou lideranças indígenas atuais e mostram seus achados através de desenhos, textos ou colagem. Além disso oficinas artísticas podem ser usadas para explorar as culturas como fazer máscaras africanas ou objetos manuais baseados em costumes tradicionais. Essas tarefas não só ajudam no aprender a ler e escrever, mas, também trazem aos alunos um gosto pela variedade e pelo papel que esses grupos tiveram ao chegar da sociedade brasileira.

Livros para crianças que mostram diferentes pessoas e histórias têm um papel importante no aprendizado da escrita e leitura. Essas obras não apenas estimulam o desenvolvimento da leitura e da escrita, mas também ajudam a construir a identidade das crianças e a desconstruir preconceitos. Livros como "De passinho em passinho, um livro para dançar e sonhar" (de Otávio Júnior e Bruna Lubambo) e "Os dengos na moringa de Voinha" (de Ana Fátima e Fernanda Rodrigues) são exemplos que colocam personagens negros em evidência, enquanto histórias como "Meu Crespo é de Rainha" (de Bell Hooks) promovem o orgulho da estética negra.

Para incluir essas histórias no processo de alfabetização, os pais podem usar atividades como rodas de leitura, onde as crianças trocam suas ideias sobre os personagens, e escrita livre, onde as crianças mudam os finais das histórias ou inventam suas próprias histórias baseadas nos livros. Além disso, livros que falam sobre a cultura indígena, como 'A Velha Totonha' (De Daniel Munduruku) podem ser usados para abordar temas como sustentabilidade, respeito à natureza e o valor das tradições orais. Esses contos criam um lugar rico e onde todos são bem-vindos, ajudando a pensar criticamente e a dar valor às diferenças.

As manifestações culturais, como canções, danças e jogos antigos de povos afro-brasileiros e povos originários, são ferramentas fortes para aprender, porque misturam estudo e diversão. As canções de origem africana, como as músicas de capoeira, podem ser úteis para praticar escuta, ritmo e fala. Também ensinam sobre resistência cultural e ancestralidade. Já canções indígenas, como as do povo Guarani podem ser usadas para ensinar ideias sobre a natureza enquanto melhoram a sensibilidade do ouvido e aumentam as palavras que se conhece.

As danças tradicionais, como o samba de roda e o toré, podem ser mescladas a tarefas de ensino que misturem movimento a oralidade. Os docentes podem chamar os estudantes para fazer pequenos textos ou poemas sobre as emoções e figuras que essas artes despertam. Além disso, jogos comuns, como peteca e o jogo da onça (prática indígena), oportunizam o trabalho da escrita de regras e a leitura de pequenos textos, bem como ajudando a trabalhar em equipe e respeitar diferenças culturais. Essas ações, ao mesclarem aprendizado e tradições, tornam o ato de aprender letras mais vivo e importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de leitura e escrita, quando feita com métodos que mostram a história e a cultura dos afro-brasileiros e indígenas, desempenha um papel importante na criação de uma sociedade mais justa e que inclui a todos. Reconhecer e respeitar as diferenças culturais logo no começo dos anos escolares é um jeito de acabar com preconceitos, fazer as pessoas se sentirem parte do grupo e formar cidadãos que pensam por si. Ações como contar histórias, criar quadros artísticos e oficinas criativas ajudam a fortalecer as identidades e ensinam as crianças a valorizar a riqueza de suas heranças culturais.

O uso de livros infantis com personagens e narrativas diversificadas também se destaca como uma ferramenta indispensável no processo de alfabetização. Esses livros não só ajudam na aprendizagem da leitura e escrita, mas também dão uma oportunidade especial de mostrar diferentes pontos de vista, encorajando a compaixão e o respeito pelas diferenças. Além disso, trazer em sala de aula canções, danças e jogos tradicionais faz o aprendizado ser mais ativo e útil ao ligar os alunos a tradições e expressões culturais de povos muitas vezes deixados de lado. No entanto, para que essas ações sejam totalmente colocadas em prática, é preciso vencer oposições e dificuldades. É muito importante investir em formações continuadas para os professores, certificando-se que eles têm o apoio necessário para lidar com questões raciais e culturais com segurança. Além disso, reforçar ou melhorar as políticas públicas como Lei 10.639/03, e produzir materiais didáticos que mostrem a variedade do país, são passos importantes para mudar a aprendizagem em um jeito de ajudar a igualdade e a justiça social.

Sendo assim, alfabetizar de forma antirracista é um ato político e pedagógico que visa transformar a sociedade, estimulando o respeito, a igualdade e o reconhecimento das contribuições dos povos afro-brasileiros e indígenas. Ao integrar a diversidade cultural ao processo educativo, escolas e professores tornam-se agentes de transformação, contribuindo para um futuro mais inclusivo, em que todas as vozes e histórias sejam respeitadas e celebradas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SANTANA, Juliana Silva; NÓBREGA, Alane Delmondes; SOBRINHA, Zélia Maria Lemos Andrade; SOUZA, Davison da Silva. **"Tia/Tio, eu aprendi a ler!" Raça, alfabetização e letramento: confluências de uma educação antirracista**. COPENE Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as): O legado de Palmares e o futuro das políticas públicas, Maceió - AL, ano 2023, v. IV, p. 1-15, nov. 2023. Disponível em: <https://encl.pw/AxfRR>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SANTOS, Bruno Freitas; AGUIAR, Fabiano Sales de; SILVA, Alex Sander da. **Educação Antirracista: Concepções Teóricas e Práticas na Contemporaneidade**. Revista Culturas & Fronteiras: Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR, Rondônia, ano 2023, v. 7, ed. 1, p. 54-74, jan. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/CULTuraefronteiras/article/download/7134/241/26067>. Acesso 27 jan. 2025.

TASSONI, Elvira C. M. **Afetividade e Aprendizagem: a relação professor-aluno**. Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: http://www.puccampinas.edu.br/cca/producao/arquivos/extensao/Afetividade_aprendizagem.PDF. Acesso 27 jan. 2025.

A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

CHILDREN AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION



CELESTE ALINE RAMOS DA CRUZ CARDOSO PEREIRA

Graduação em: Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2016); Professora do Ensino Fundamental I – Alfabetização – na EMEF Desembargador Theodomiro Dias, Professor de Educação Básica – Anos iniciais E. E. Professor Adolfo Tripoli.

RESUMO

Este artigo questiona acerca da concepção educacional direcionada à criança do zero aos cinco anos, matriculada na Educação Infantil, a fim de que ela seja percebida como um sujeito social e histórico. Assim, o objetivo geral foi traçado com a pretensão de analisar o conceito que coaduna com o que está prescrito quanto a formação da criança na escola atual, quanto aos específicos, a intenção é o de selecionar legislações vigentes que corroborem com a compreensão acerca do paradigma de criança que está em voga no contexto contemporâneo. Por meio da pesquisa qualitativa, a qual embasou o presente estudo, conclui-se que bebês e crianças que frequentam a primeira etapa da Educação Básica necessitam ser concebidas como seres potentes e competentes, que aprendem e constroem saberes utilizando as múltiplas linguagens, as quais se tornam base das suas expressões em relação às vivências e experiências que acontecem no cotidiano das creches e pré-escolas nas quais eles vivem, convivem, interagem e se desenvolvem integralmente.

Palavras-chave: Criança; Educação Infantil; Creche; Pré-escola.

ABSTRACT